



EM FOCO

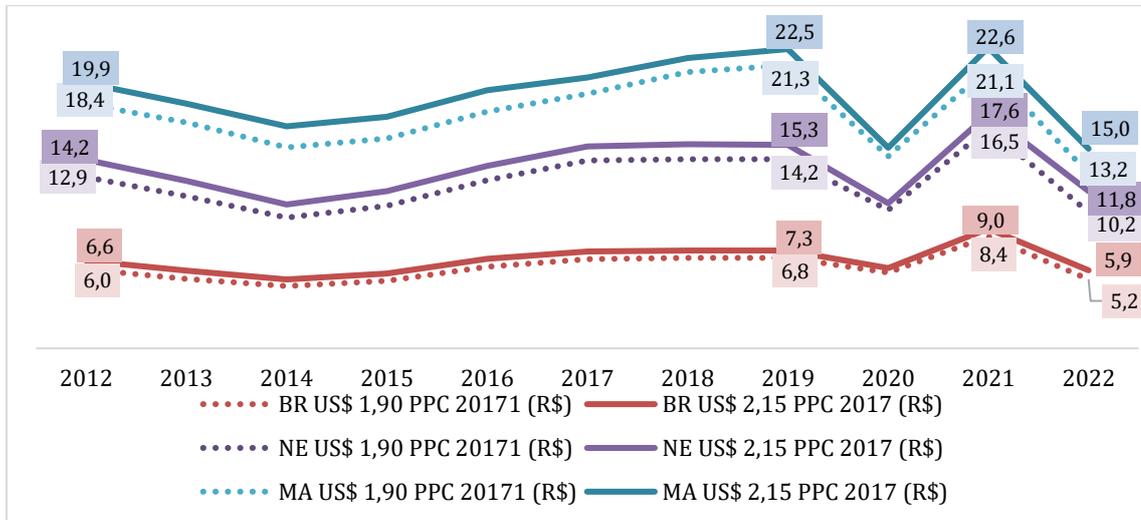
SOBRE POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL DO PRESENTE

Um dos desafios para as nações é a aliança necessária entre crescimento econômico, estabilidade e redução das desigualdades sociais. No Brasil, o esforço feito por alguns governos, de conciliação desses três grupos de interesses foi impactado, na última década, quando o país teve sua economia atingida por uma recessão (2014-2016). sofreu os efeitos da pandemia da COVID-19 (2020 e 2022) e da disseminação das estratégias ultraliberais manifestas, entre outros movimentos, pela configuração de políticas de austeridade que incidiram sobre direitos sociais e econômicos de milhões pessoas. Esses acontecimentos expressaram-se, entre outros efeitos, no crescimento da extrema pobreza no país, a partir de 2015, estendendo-se até 2019. Em 2020, sob o efeito pandêmico e com a criação do Auxílio Emergencial (AE)¹, o percentual de pessoas que viviam com menos de R\$ 200 por mês caiu, como pode ser visto no **Gráfico 1**. Em 2021, com as mudanças de critérios do AE e a transição para um novo programa de transferência de renda, o Auxílio Brasil, parte da população ficou descoberta e assistiu-se, mais uma vez, o recrudescimento da extrema da pobreza no país. Em 2022, com a ampliação desse programa e a retomada da economia pós-pandemia, a extrema pobreza diminuiu. Ao todo, foram 12,6 milhões de pessoas nessa situação no país em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023a).

¹ O Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Foi um programa destinado a reduzir impactos socioeconômicos da Covid19 sobre pessoas empobrecidas. Foi desenhado para se efetivar mediante repasse de três parcelas mensais de R\$600,00, sendo que a mulher provedora de família monoparental deveria receber o equivalente a duas cotas.



Gráfico 1. Proporção da população em situação de extrema pobreza no Brasil, Nordeste e Maranhão, segundo a antiga (US\$ 1,90 PPC 2011) e a nova linha² (US\$ 2,15 PPC 2017) internacional do Banco Mundial (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE/Síntese de Indicadores Sociais (2023a)

O Maranhão e o Nordeste também acompanharam a tendência nacional, como visto no **Gráfico 1**. Segundo o IBGE (2023a), o estado obteve a terceira maior redução do país em proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (US\$ 2,15 PPC 2017) em 2022, em relação a 2021, com -7,6 p.p.. Com isso, o total de maranhenses, nessa situação, foi de 1,1 milhão de pessoas. Em relação a 2012, o estado apresentou a segunda maior redução dentre as unidades federativas (-4,9 p.p.). De acordo com o estudo do IBGE (2023), no Brasil, os programas sociais³ impactaram, em maior medida, a extrema pobreza em comparação à população em situação de pobreza⁴: a participação dos benefícios de programas sociais no rendimento domiciliar dessa população chegou a 67,0% em 2022. Além disso, caso não existissem esses programas, a extrema pobreza teria sido cerca de 80% maior, elevando o percentual atual de 5,9% para 10,6%, segundo a pesquisa.

² Os novos parâmetros do Banco Mundial são de US\$2,15/dia para extrema pobreza e de US\$ 6,85/dia para a pobreza, em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC) a preços internacionais de 2017. Essas são as linhas utilizadas para o monitoramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS1: Erradicação da Pobreza), e foram atualizadas pelo Banco Mundial em 2022, sendo, até então, utilizados os valores de US\$1,90 PPC 2011/dia para extrema pobreza e US\$ 5,50 PPC 2011/dia para pobreza. (06/12/2023 10h00 | Atualizado em 06/12/2023 11h48: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=O%20percentual%20de%20pessoas%20em%20extrema%20pobreza%2C%20ou%20seja%2C%20que,31%2C6%25%20em%202022>)

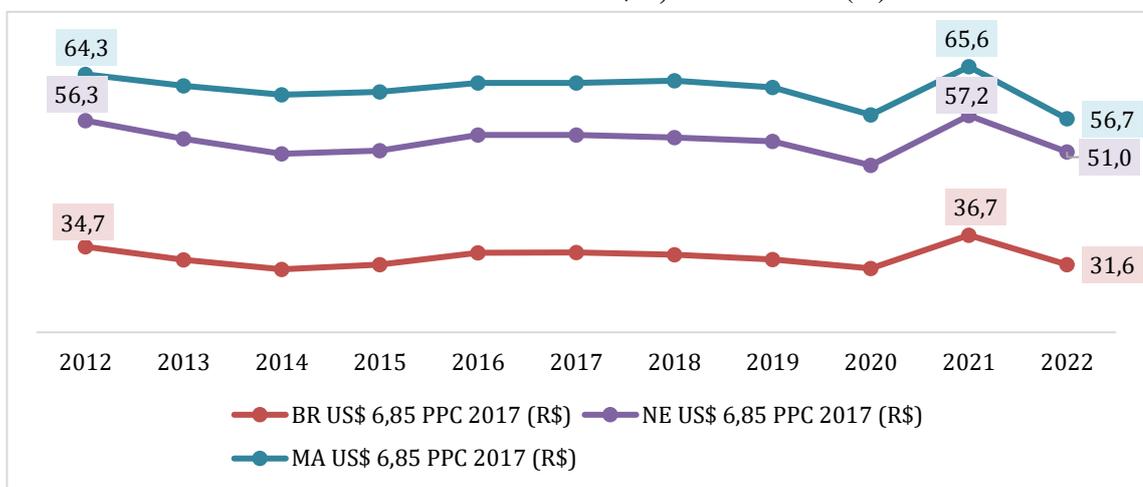
³ Inclui: Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada e outros programas sociais governamentais.

⁴ As pessoas em situação de pobreza, segundo a nova linha internacional do Banco Mundial, de US\$ 6,85 PPC 2017, são aquelas que viviam com até R\$ 637,00 por mês.



Em se tratando da situação de pobreza, em 2022, atingiu-se o menor valor série desde 2012, nas três abrangências aqui analisadas. No Brasil, a proporção de pessoas em situação de pobreza foi de 31,6% da população, como consta no **Gráfico 2**. Em grande medida, a renda do trabalho impactou fortemente o resultado de 2022, que foi responsável por 63,1% do rendimento desse grupo, segundo o IBGE (2023). Com isso, 67,7 milhões de pessoas viviam com até R\$ 637,00 por mês em 2022. O Nordeste e o Maranhão, como integrantes da dinâmica nacional, também apresentaram redução na taxa de pobreza em 2022, abrangendo, respectivamente, 51,0% e 56,7% de suas populações (**Gráfico 2**).

Gráfico 2. Proporção de pessoas em situação de pobreza Brasil, Nordeste e Maranhão, com a nova linha internacional do Banco Mundial – US\$ 6,85 PPC 2017 (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE/Síntese de Indicadores Sociais (2023).

Cabe mencionar, o estudo do Instituto Jones (2024), que, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostrou a redução desses indicadores, em 2023, no Brasil. Nele, fica apontado que a taxa de extrema pobreza saiu de 5,9% em 2022 para 4,4% em 2023, enquanto a taxa de pobreza passou de 31,6% para 27,5%. No Maranhão, essas taxas também caíram. A extrema pobreza atingiu 12,2% da população maranhense em 2023, registrando redução de 2,9 p.p. em relação a 2022, a 8ª maior queda do país. A pobreza atingiu 51,6% da população desse estado, no último ano, com queda de 5,2 p.p. frente a 2022, a 11ª maior redução dentre os estados brasileiros.

Com base no índice de Gini⁵, pode-se verificar que o impacto dos programas sociais fica mais evidente ao longo de toda a série histórica, constituindo-se como um importante componente

⁵ O índice de Gini varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0, menor a desigualdade. E, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade.



para a redução da desigualdade do país, segundo o IBGE (2023). No Brasil, a desigualdade na distribuição de renda teria sido 5,4% menor, na hipótese de ausência dos benefícios de programas sociais, passando dos atuais 0,518 para 0,548. No Nordeste e no Maranhão, o impacto dos programas foi maior, contribuindo para a redução de 11,5% e 13,1% na desigualdade. (**Tabela 1**)

Tabela 1. Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* com e sem benefícios de programas sociais* no Brasil, Nordeste e Maranhão e Variação (%) – 2012 a 2022

Ano	Índice de Gini					
	Com benefícios			Sem benefícios		
	BR	NE	MA	BR	NE	MA
2012	0,540	0,546	0,498	0,555	0,582	0,542
2013	0,532	0,538	0,494	0,548	0,578	0,544
2014	0,526	0,532	0,475	0,542	0,571	0,526
2015	0,524	0,533	0,495	0,540	0,570	0,544
2016	0,537	0,544	0,517	0,554	0,584	0,570
2017	0,539	0,557	0,526	0,555	0,595	0,580
2018	0,545	0,546	0,528	0,562	0,585	0,576
2019	0,544	0,560	0,531	0,560	0,598	0,580
2020	0,524	0,526	0,482	0,573	0,625	0,593
2021	0,544	0,556	0,530	0,568	0,610	0,590
2022	0,518	0,517	0,491	0,548	0,585	0,565

Ano	Variação dos índices comparando Com e Sem programas sociais (%)		
	BR	NE	MA
2013/2012	-2,9	-6,9	-9,3
2014/2013	-2,9	-6,8	-9,7
2015/2014	-3,0	-6,5	-9,1
2016/2015	-3,0	-6,8	-9,4
2017/2016	-2,9	-6,4	-9,2
2018/2017	-2,9	-6,5	-8,5
2019/2018	-2,9	-6,3	-8,4
2020/2019	-8,7	-15,7	-18,8
2021/2020	-4,3	-8,9	-10,1
2022/2021	-5,4	-11,5	-13,1

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE/Síntese de Indicadores Sociais (2023)

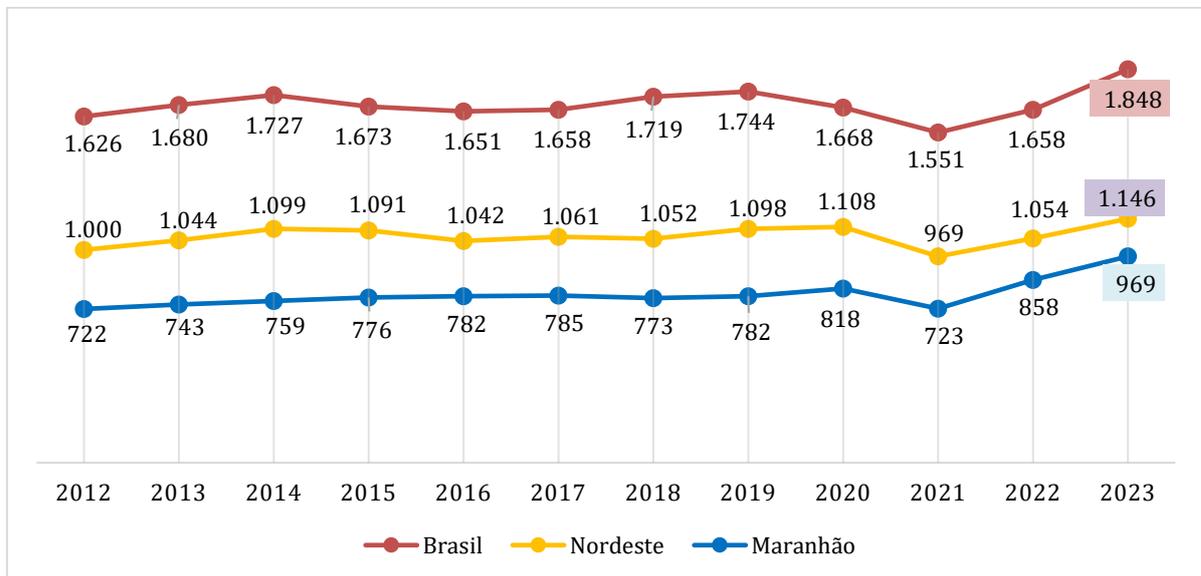
*Nota: Programas sociais governamentais incluem o Bolsa Família, BPC, auxílio emergencial e outros

Com os dados mais recentes, divulgados pelo IBGE (2024), do rendimento de todas as fontes, verifica-se que, em 2023, o rendimento médio mensal real domiciliar (*rmmrd per capita*) do Maranhão foi de R\$ 969, o maior valor desde o início da série, em 2012 (**Gráfico 3**). Em 2022, era de R\$ 858. Todavia, o Maranhão continuou tendo o menor *rmmrd per capita* do país,



correspondendo a 52,4% do Brasil e a 30,1% do Distrito Federal (DF). O DF teve o maior valor dentre todas as UF, com R\$ 3.215.

Gráfico 3. Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a preços médios do último ano (Reais) no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 – 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC. (2023)

Por fim, o crescimento de pessoas ocupadas no Maranhão em 2023, com +6,3% em relação a 2022, foi mais significativo que o aumento do número de pessoas que receberam rendimento de não trabalho (“outras fontes”), com +1,1%. Com isso, a participação da renda proveniente do trabalho aumentou, ao passo que a participação do rendimento não proveniente do trabalho (outras fontes) reduziu, situação contrária ao ocorrido no Brasil. Em 2023, 68,6% do rmmrd per capita no Maranhão advinha do trabalho e 31,4% de outras fontes, que não o trabalho. No Brasil, esses percentuais foram de 74,2% e 25,8%, respectivamente.

Do que foi exposto, pode-se concluir que as informações apontam para a articulação necessária entre políticas públicas que congreguem direitos sociais e trabalhistas no enfrentamento a desigualdades e processos crescentes de empobrecimento. Expõem flagrante contradição entre os mecanismos de austeridade impostos pelas ofensivas ultraliberais e seus efeitos erosivos nas garantias sociais e trabalhistas. Ressalta-se que tais garantias necessitam ser ampliadas face à centralidade que assumem na reprodução da subsistência de amplos segmentos expostos a inseguranças de rendimentos, sobretudo os oriundos do trabalho. Em razão das configurações estruturais do capital, na atualidade, cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras recorrem às



políticas sociais. De forma que a intervenção estatal se configura como uma modalidade fundamental em resposta aos processos de empobrecimento da população.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021**. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>. Acesso em: 22/04/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**. 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 12/04/2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rendimento de todas as fontes 2023. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>. Acesso em: 12/04/2024

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Pobreza nos estados brasileiros 2023**. 2024. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/sumarios/IJSN_Especial_Pobreza%20e%20mis%C3%A9ria%20nos%20estados%20brasileiros%202023.pdf. Acesso em: 25/04/2024.